

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) DR.(A) PREGOEIRO(A) CHEFE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO (SAMAE) DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, ou quem lhe faça as vezes no uso e gozo da competência para processamento e julgamento do Recurso Administrativo interposto;**

**Pregão Eletrônico n.º 90115/2024**

**Processo Administrativo n.º 2024004014**

**FELIPE DANTAS ROMACHELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 32.545.533/0001-45, sediada à Rua Tietê, 815 – Rudge Ramos, São Bernardo do Campo/SP – CEP: 09.615-000, vem, respeitosamente, nos autos do processo administrativo, com fundamento no item 8 e seguintes do presente Edital, interpor

<b>RECURSO ADMINISTRATIVO</b>
-------------------------------

pelos motivos de fato e de direito que passará a expor.



## I - INTRODUÇÃO.

1. Trata-se de licitação na modalidade pregão eletrônico, tendo como objeto a proposta mais vantajosa de menor preço para aquisição de produtos de análise de água tratada.
2. Após a fase de propostas, foi declarada vencedora a empresa Recorrida **HEXIS CIENTÍFICA LTDA – referente ao item 3**, além de que o item 4 foi declarado fracassado.
3. Todavia, em ambos os **itens (3 e 4)** a Recorrente foi desclassificada, diante de entendimento incorreto quanto a característica técnica do produto ofertado, sem qualquer embasamento de ordem legal e técnico.
4. Imperioso destacar, em ambos os itens a Recorrida teve melhor preço, com margem considerável, sendo que poderia atender perfeitamente ambos os itens com a proposta mais vantajosa, além de que não necessitaria ser declarada fracasso o item 4 em razão de valores expressivos, pois o valor praticado restou mais que suportado a expectativa da administração pública ao caso.
5. A Recorrente, respeitosamente, discorda dos fundamentos técnicos lançados na sua desclassificação do item 3, em virtude de vícios *formais* – falta de motivação, e em virtude de vícios *materiais*, pois em seu mérito não há irregularidades no produto ofertado, conforme será demonstrado.



## DO MÉRITO

### II – DO PRODUTO DO ITEM 3 OFERTADO. ATENDIDO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EDITAL

6. Diferentemente do alegado na desclassificação da Recorrente, não prosperam os fundamentos técnicos quanto a ausência de informações e incompatibilidade do produto ofertado, está amplamente evidenciado sua capacidade técnica e experiência a prestação de serviços licitados.

7. A apresentação da proposta deixou expresso a compatibilidade dos produtos ofertados, senão vejamos:

a) Não há informações sobre o tamanho do display (**fundamento SAMAE**);

**Resposta:** Por equívoco no parecer técnico da SAMAE não foi observado que no catálogo, consta sim o tamanho do display, a saber:

#### **MECHANICAL (CONTROLLERS)**

Enclosure Material	Polycarbonate
Enclosure Rating	Certified to UL 50 and UL 50E Type 4X. IEC 60529 meets IP66
Environmental Conditions	Can be installed indoors and outdoors. Suitable for wet location
Dimensions	11.1" x 8.3" x 5.5" (282 mm x 211 mm x 140 mm)
Display	5" TFT color display, 800 x 480 pixels with capacitive touchscreen

Fonte: [https://www.walchem.com/Literature/Controllers/W100/180533\\_W100NonCT-BL\\_web.pdf](https://www.walchem.com/Literature/Controllers/W100/180533_W100NonCT-BL_web.pdf)

b) Nos catálogos apresentados não há informação sobre o sensor de flúor. Aliás, o catálogo não relaciona a medição de fluoreto entre as opções disponíveis. Por conseguinte, não há informações sobre a escala, intervalo e precisão. (**fundamento SAMAE**)

**Resposta:** A documentação técnica apresentada, na qual deve ser baseada a decisão do parecer técnico, é constituída de nossa especificação técnica junto a



proposta e do catálogo, além de outras possibilidades de acesso a website do fabricante onde seria possível também obter esclarecimentos ou solicitar diretamente a este, porém optou-se por nossa inabilitação, sem ter sido observada equivocadamente que as informações de medição por íon seletivo constam no catálogo:

- Universal sensor input provides extraordinary flexibility; the same controller can be used with almost any type of sensor needed
- Three pH/ORP/ISE models available for use with amplified electrodes, non-amplified electrodes with a BNC connector or non-amplified electrodes without a connector

Fonte: [https://www.walchem.com/Literature/Controllers/W100/180533\\_W100NonCT-BL\\_web.pdf](https://www.walchem.com/Literature/Controllers/W100/180533_W100NonCT-BL_web.pdf)

Novamente por equívoco não foi observada informação na especificação técnica de nossa proposta onde consta:

**Eletrodo combinado para determinação por íon seletivo para Fluoretos em água.**

**Características Técnicas:**

Faixa de medição:	Configurável no controlador: 0,02...2 / 5 / 10 / 100 ppm
Resolução:	Configurável no controlador: 0,1/0,01/0,001 ppm
Acuracidade:	+/-0,01 ppm
Modo de operação:	Com ou sem solução TISAB
Faixa de pH da amostra:	5 ... 9 pH
Faixa de Condutividade da amostra:	>30 µS/cm
Tipo:	Estado sólido.
Tipo de junção:	simples.
Ions de interferência:	OH-
Corpo:	Epóxi.
Faixa de temperatura de operação:	0 a 80°C.
Comprimento do cabo:	1,0 metro.
Amplificador de sinal	Instalado no controlador Walchem
Fluxo da amostra	0,5 a 5 litros / minuto
Pressão de operação	1 Bar

Montado em linha com TEE de PVC 3/4".

Marca: Walchem (USA), empresa do grupo Iwaki (Japão).



c) A interface de comunicação não atende ao exigido, visto que é utilizado um conversor 4- 20mA para RS485. (Fundamento SAMAE)

**Resposta:** Na especificação técnica do Edital não é exigido que não se utilize interface, portanto a oferta de interface deve ser aceita. Além disso é vedado ao servidor público “criar” prerrogativas com novos critérios após abertura do certame, sendo que não há como embasar desclassificação de critérios técnicos não previstos no Edital, acarretando em arbitrariedade ao caso.

d) Não há informações sobre a velocidade de comunicação;

**Resposta:** Novamente por equívoco não foi observada informação em nossa proposta onde consta a velocidade de comunicação em conformidade ao solicitado no Edital, a saber:

- Conversor de interface 4-20mA para comunicação RS-485 (galvanicamente

isolada), protocolo Modbus RTU e possibilitar a comunicação serial em 57.600 e 115.200 bps (bits por segundo) para atualização e leitura de dados.



e) Não atende a quantidade mínima de saídas analógicas (exigido 2, ofertado 1) – fundamento SAMAE;

**Resposta:** Novamente por equívoco não foi observada informação em nossa proposta onde consta o total de 2 saídas analógicas, sendo 1 para cada função, estando portanto este requisito das saídas analógicas em conformidade ao solicitado no Edital, a saber:

- Controle PID para automação da dosagem dos químicos com atuação direta em bombas dosadoras (com saídas ópticas de estado sólido de 4-20 mA ou pulso) e 2ª saída analógica (4-20mA) para gravação, registro de dados ou conector para sistemas SCADA.

f) Não consta a marca/modelo do sensor de flúor. (fundamento SAMAE)

**Resposta:** Mais uma vez houve equívoco na avaliação técnica, pois a informação de marca consta em nossa oferta, inclusive a compatibilidade técnica, está destacada com uso de acessório próprio do fabricante para uso do sensor de flúor ofertado, a saber com destaque abaixo:

**Eletrodo combinado para determinação por íon seletivo para Fluoretos em água.**

**Características Técnicas:**

Faixa de medição:	Configurável no controlador: 0,02...2 / 5 / 10 / 100 ppm
Resolução:	Configurável no controlador: 0,1/0,01/0,001 ppm
Acuracidade:	+/-0,01 ppm
Modo de operação:	Com ou sem solução TISAB
Faixa de pH da amostra:	5 ... 9 pH
Faixa de Condutividade da amostra:	>30 µS/cm
Tipo:	Estado sólido.
Tipo de junção:	simples.
Íons de interferência:	OH-
Corpo:	Epóxi.
Faixa de temperatura de operação:	0 a 80°C.
Comprimento do cabo:	1,0 metro.
Amplificador de sinal	Instalado no controlador Walchem
Fluxo da amostra	0,5 a 5 litros / minuto
Pressão de operação	1 Bar

Montado em linha com TEE de PVC 3/4".

**Marca: Walchem (USA), empresa do grupo Iwaki (Japão).**



8. Entendemos a preocupação de que os itens ofertados estejam em conformidade ao solicitado e aqui amplamente **comprovamos que estão**. Além disso destacamos que os produtos constituintes deste fornecimento estão sob garantia expressa na proposta, incluindo partes mecânicas de montagem, a saber:

**Acompanha:** 1 Controlador W100W, 1 sensor para flúor sem uso de reagentes, cabo.

**Garantia:** 24 meses para controladores e 12 meses para sensores e partes mecânicas.

9. Além de comprovadamente atendermos 100% dos requisitos do edital, a empresa ora declarada vencedora HEXIS, apresentou proposta com produto **18,2% acima de nossa oferta (grafo nosso)**. Ou seja, além do cumprimento técnico, proporcionamos significativa economia aos cofres públicos, aos quais também devem ser importantemente considerados, a fim de prestigiar o objetivo e princípio intrínseco da proposta mais vantajosa para a administração pública.

10. Neste caso, acreditamos que pode desconhecer o ente público as características técnicas inovadoras ao qual é ofertada pela Recorrente em preço bem competitivo e de alta qualidade.

11. A qualidade e tecnologia dos produtos ofertados além do custo menor, possibilita a aquisição muita mais vantajosa a administração pública.

12. Necessário, portanto, esclarecimentos ao responsável técnico que esta avaliação seja feita por químico, para correto entendimento de sua aplicação.

13. Assim, deverá ser revista a desclassificação da Recorrente.



### **III - DA QUEBRA DA ISONOMIA**

14. A inabilitação da Recorrente, sem qualquer motivação ou razoabilidade, por não especificar o produto ofertado no site do fabricante, mesmo tendo sido acostado catálogo no processo licitatório, fere o **princípio da isonomia**, pois confere tratamento diferenciado a outro concorrente **HEXIS** com proposta mais onerosa, sem qualquer amparo legal da desclassificação da Recorrente.

15. Sabidamente, trata-se de preceito basilar e indispensável de todo e qualquer ato público, conforme leciona Adilson Abreu Dallari:

"O princípio da isonomia é uma decorrência imediata do princípio republicano, motivo pelo qual o insuperável Geraldo Ataliba, às páginas 133 e ss. De seu República e [Constituição](#) (...), afirmou que ele se irradia sobre todos os dispositivos constitucionais, afetando tanto a elaboração das leis quanto todos os atos administrativos: "...Os poderes que de todos recebem devem traduzir-se em benefícios e encargos iguais para todos os cidadãos. **De nada valeria a legalidade, se não fosse marcada pela igualdade. A igualdade é, assim, a primeira base de todos os princípios constitucionais** e condiciona a própria função legislativa, que é a mais nobre, alta e ampla de quantas funções o povo, republicanamente, decidiu criar. **A isonomia há de se expressar, portanto, em todas as manifestações do Estado...**" (in Concurso Público e Constituição. Coordenador Fabrício Motta. Ed. Fórum, 2005. Pg.92)



16. Portanto, qualquer ato que venha a comprometer a igualdade entre os administrados deve ser rechaçado - como no presente caso.

17. Afinal, trata-se de ato que **contraria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade**, pois acaba por reduzir a maior amplitude de opções a atingir o objetivo público.

18. A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera:

(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), **com a destinação pública própria (princípio da finalidade)**, com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e **rendimento funcional (princípio da eficiência)**. **Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado.** (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716).

19. Dito isso, outro deslinde não pode ter o presente caso a não ser a revisão do ato administrativo recorrido, para que seja reconsiderada e habilitada a Recorrente.



#### **IV – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

20. A Licitação pública tem como finalidade atender um **INTERESSE PÚBLICO**, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de **IGUALDADE**, para que seja possível a obtenção da **PROPOSTA MAIS VANTAJOSA**, bem como não deverá inovar em solicitações que não estavam previstas no Edital.

21. Portanto, ao deixar de aplicar os dispositivos editalícios em isonomia entre os competidores há grave afronta a tais princípios, além de ferir o próprio **PRINCÍPIO DA FINALIDADE**.

22. Assim, além de descabida, a decisão que inabilitou a Recorrente, mostra-se absolutamente desarrazoada e em total desprezo ao entendimento vigente e legislação em vigor, bem como ao Princípio Geral das Licitações, no que tange a Proposta mais vantajosa para o ente Público.

23. Ao buscar obter a proposta que lhe é mais vantajosa, a Administração Pública deve assegurar amplo acesso ao maior número possível de interessados no certame, devendo as exigências de qualificação ser limitadas àquelas previstas na Lei nº. 14.133/21

24. Ainda:

Art. 9. Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

(...)



a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;

(...)

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;

25. Entendemos que o ato deva ser reconsiderado. No entanto, se eventualmente mantido, deverá ser revisto, para adequar-se aos princípios do Devido Processo Legal, bem como o Princípio da Segurança Jurídica.

26. A Lei n.º 9.784/99 prevê tal necessidade:

“Artigo 2.º: A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

**VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público**” (grifamos).



27. Assim, deve ser reconsiderado a decisão que inabilitou a Recorrente, atestado o cumprimento da finalidade da Licitação, considerando toda a documentação fiscal e técnica apresentada, bem como as exigências editalícias.


#### **V - CONCLUSÃO.**

28. Em face de todo exposto, requer-se o recebimento do presente Recurso Administrativo interposto e no mérito, requer seja enviado a Autoridade Superior, devendo **ser provido o recurso administrativo interposto, com a imediata classificação desta ao item 3, considerando toda a documentação técnica apresentada anteriormente, consequentemente com a proposta mais vantajosa seja considerada vencedora, conforme expostos acima.**

29. Requer, outrossim, que todas as intimações da Empresa sem exceção, de qualquer natureza, sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE SOB PENA DE NULIDADE ABSOLUTA no endereço Rua Tietê, 815 – Rudge Ramos, São Bernardo do Campo/SP – CEP: 09.615-000.

Termos em que,  
Pede deferimento.

São Bernardo do Campo, em 08 de Novembro de 2024.



RAFAEL DE ASSIS DA SILVA  
OAB/SP 364.290

